

OS EFEITOS DE SENTIDO DO *EU-AQUI-AGORA* NO DISCURSO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ANÁLISE DE UM CASO DE VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA À LUZ DA SEMIÓTICA DISCURSIVA

IARA MOLA*


Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em: 18 abr. 2021. Aprovado em: 22 maio 2021.

Como citar este artigo: MOLA, I. Os efeitos de sentido do *eu-aqui-agora* no discurso da violência doméstica: análise de um caso de violência moral e psicológica à luz da Semiótica Discursiva. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 21, n. 2, p. 59-75, maio/ago. 2021. doi: 10.5935/cadernosletras.v21n2p59-75

Resumo

Num contexto em que, ano a ano, pesquisas registram o crescimento alarmante nos casos de violência doméstica no Brasil, o presente artigo tem por objetivo compreender como se configura o discurso de uma mulher vítima de violência doméstica na perspectiva dos estudos situados no campo da Semiótica Discursiva. Mais especificamente, como parte de um projeto de pesquisa mais amplo, ao qual dá continuidade, a análise se detém em três dos procedimentos encontrados no nível discursivo do percurso gerativo de sentido aplicados a um texto no

* E-mail: iaramola@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-4761-9030>

qual são apreendidos os efeitos de sentido do *eu-aqui-agora* de quem sofreu a violência doméstica dos tipos moral e psicológica, concomitantemente.

Palavras-chave

Violência doméstica. Percurso gerativo de sentido. Nível discursivo.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL: O TEXTO NO CONTEXTO

Conforme dados publicados pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020* (FÓRUM BRASILEIRO..., 2020), o ano de 2019 foi marcado por um novo aumento nos indicadores de violência doméstica. Somente no que se refere às denúncias de lesão corporal dolosa em decorrência desse tipo de crime, foram registrados 266.310 novos casos nesse período – 5,2% a mais do que o número contabilizado pelo mesmo anuário em relação ao ano de 2018. Na prática, os números assinalados pelo documento revelam que, em 2019, uma mulher foi agredida fisicamente a cada dois minutos – e, na esmagadora maioria das vezes, pelo seu então companheiro ou ex-companheiro.

Nessa sua última edição, em caráter de excepcionalidade, o anuário (FÓRUM BRASILEIRO..., 2020) contemplou ainda o impacto da pandemia nos índices de violência cometida no Brasil no primeiro semestre de 2020, quando, paralelamente ao advento da Covid-19 e à necessidade de que fossem seguidos os protocolos de saúde sanitária, se deu o agravamento dos casos de violência doméstica – haja vista a imposição de uma convivência muito mais intensa e duradoura entre as vítimas e os seus agressores.

Todavia, se, por um lado, a publicação chama atenção ao também abranger o impacto da pandemia na violência doméstica e familiar contra a mulher para além do ano anterior, por outro, o que também se observa é que, a exemplo do que se verifica na quase totalidade dos levantamentos, essa violência surge exclusivamente concatenada à ocorrência das violências física e sexual (quando não ao próprio feminicídio). Não há qualquer estatística em relação aos outros três tipos igualmente previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), cuja ocorrência não parece ser menos frequente que as demais: a do tipo moral, psicológico e patrimonial (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, compondo um projeto mais amplo de pesquisa que se volta para o discurso da violência doméstica a fim de identificar as regularidades linguístico-discursivas por meio das quais ele se constitui na perspectiva da vítima, este trabalho tem por objetivo geral compreender, à luz dos preceitos teóricos da Semiótica Discursiva, como se configura o discurso de uma mulher vítima de violência doméstica moral e psicológica, em decorrência da qual lhe adveio a necessidade de medida protetiva.

Para tanto, ele parte do entendimento de violência moral como “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” e da compreensão de violência psicológica como “qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões” (BRASIL, 2006).

Mais especificamente, por meio da análise do nível discursivo do percurso gerativo de sentido de um texto coletado numa página do Instagram, o presente artigo visa às respostas destas duas perguntas:

1. Quais efeitos de sentido podem ser apreendidos a partir dos usos que a enunciativa faz destes três procedimentos de discursivização tomados conjuntamente: actorialização, espacialização e temporalização?
2. O que esses efeitos de sentido revelam acerca da enunciativa na sua constituição como sujeito e, sobretudo, como ator discursivo atravessado pelo contexto da violência doméstica moral e psicológica?

Reportado como “texto” – o objeto de estudo da Semiótica Discursiva –, o depoimento em questão corresponde ao primeiro delimitado para este projeto. Datado de 4 de outubro de 2019, trata-se também do primeiro publicado na página do Instagram intitulada “Sobrevivendo ao Abuso” (2019), que não divulgou nem o nome nem o apelido da autora do relato – razão pela qual ela é aqui doravante identificada como “Maria”.

Quanto ao seu conteúdo, ele segue fielmente reproduzido no Quadro 1, no qual, para efeito de melhor organização da análise, o texto foi dividido em quatro partes, adotando-se como critério dessa divisão aqueles momentos nos quais Maria se refere aos afastamentos/às separações do casal:

Quadro 1 – Reprodução fiel do conteúdo do texto elaborado por Maria

PARTE 1: até o primeiro rompimento	PARTE 2: até o segundo rompimento
<p>Então fiquei casada 5 anos .. precisei casar porque fiquei grávida então foi algo meio forçado não deu pra detectar no namoro pois não teve .. eu já percebi isso no 1 mês mas eu já estava sem saída eu não tinha opção e outras pessoas falavam [] não casa só porque está grávida mas eu queria ter a família .. achei que o que eu via era coisas da minha cabeça e ia mudar .. enfim casamos moramos juntos e tudo piorou minha gravidez foi uma tristeza sem fim ele me agredia verbalmente bebia não se importava comigo , eu tinha que levantar grávida no meio da madrugada pra sair com ele porque não queria que ele colocasse o dinheiro todo fora .. roupas pro bebê ele não comprava . Enfim um terror depois veio as drogas quase 1 ano lutando porque eu não queria deixar ele porque eu não queria ver o pai do meu filho perdido nas drogas e eu queria salvar ele disso .. sai de casa</p>	<p>voltei pro meu estado eu morava em SC mas minha família era de RS . Sai de casa com meu filho e eu saí com a roupa do corpo Na mala so tinha 2 calcinhas .. passou 3 meses ele vendeu tudo que tinha e veio embora pra RS onde eu morava porque eu disse que nunca mais voltava pra RS com ele porque lá eu era sozinha não tinha família . Então ele sempre com ciúmes ele cronometrava meu tempo ele me espiava na rua .. duvidava das minhas palavras possessivo sempre dizia que eu não valia nada e que eu sempre traia ele Monitorava meu celular eu fiquei mais de 1 ano sem celular tinha que ir no orelhão ligar pra minha mãe e dizer Mãe tô viva porque ele não deixa eu ter ele quebrava se talvez passa-se na cabeça dele que eu tinha alguém Ele tinha ciúmes até dos velhinhos de 70 anos ele dissia que de mim esperava tudo porque eu não me dava o valor .. No último ano então pensei vou casar no Papel ele vai se sentir mais seguro .. em agosto de 2018 casamos com cerimônia e papel passado Piorou tudo .. dae tudo desceu por água a baixo . Ele começou a sair começou a ter mais amizades de trabalho .. somos evangélicos tínhamos cargos na igreja ele cantava no louvor e eu sempre soube que ele estava lá porque queria se aparecer e não servir a Deus A gente se separou em Janeiro</p>
PARTE 3: até o terceiro rompimento	PARTE 4: desde o terceiro rompimento
<p>ele foi embora porque eu não aguentava mais ele saía voltava quando queria não me respeita a mais usava do dinheiro de casa .. saí da igreja. E eu continuei mas ele não . Decidi sair de casa deu 3 meses ele voltou ficou até bem até junho tudo piorou de novo mais agressões mais perseguição</p>	<p>30/8 eu fui a outra cidade fazer um treinamento da empresa quando voltei ele tinha tirado as coisas de dentro de casa pegou nosso carro e voltou pra SC. Morar com a mãe , eu só soube disso no outro dia pela vizinha Que me contou que ele disse que ia embora porque lá não precisava pagar aluguel .. até às Ok vai com Deus</p>

(continua)

Quadro 1 (continuação)

PARTE 3: até o terceiro rompimento	PARTE 4: desde o terceiro rompimento
comecei a trabalhar ele piorou ia no meu trabalho monitorava meu tempo entra casa e trabalho .. me revistava o corpo dizia que eu tinha celular escondido na vagina .. ia ver meu xixi na privada se não tinha porra .. eu tinha que tomar banho de porta aberta porque ele dizia que eu me masturbava pensando em outro .. Compramos um carro .. ele comprou porque não em perguntou se eu achava certo em julho . Já começou mais brigas . Em agosto pedi pra ele sair de casa ! Ele disse que ia sair .. dia	Deu 7 dias ele postou que já estava com outra daqui da minha cidade e ela estava lá Mais 5 dias eles pega o carro volta pra minha cidade com ela . Uma mulher bem de vida enfermeira tem sua casa seu carro e cargo bom .. eles volta pra cá . 1 semana ela tira ele de casa e manda passear resume ele ta morando aqui num quatinho sem emprego sem poder ver o nosso filho pois coloquei medida protetiva pra nós 2 . Eu não entendi tudo aquilo porque tanto ciúmes porque tanta coisa se ele tinha acesso a tudo meu Celular e-mail era juntos face juntos Eu fazia de tudo pra ele se sentir bem mas era sufocante Sabe que ninguém acreditava Ninguém Eu tive que dar meu celular pro nosso pastor ver porque eu contando ninguém acreditava

Fonte: Sobrevivendo ao Abuso (2019).

Como ferramental teórico-metodológico para o empreendimento da análise, tomam-se, então, os estudos oriundos da Semiótica Discursiva a partir de Greimas e Courtés (1979), de Barros (2005, 2016) e de Fiorin (1996, 2016). Por fim, no que se refere à sua organização, o artigo divide-se em outras duas seções a partir desta: na segunda, encontra-se o recorte do arcabouço teórico que sustenta o estudo e que, com vistas a um melhor aproveitamento, é apresentado concomitantemente à análise do texto; na terceira e última, seguem as considerações finais, nas quais também são registrados os encaminhamentos vislumbrados para a continuidade deste projeto.

DO EMBASAMENTO TEÓRICO AO PROCESSO DE ANÁLISE: OS EFEITOS DE SENTIDO DA VIOLÊNCIA CONSOLIDADA

Situado no campo da Semiótica Discursiva, desenvolvida por A. J. Greimas e pelo Grupo de Investigações Sêmio-Linguísticas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, o percurso gerativo de sentido diz respeito à forma

como o plano do conteúdo de um texto é concebido metodologicamente – numa espécie de simulacro – para que os sentidos desse texto possam ser explicados, consoante os seus mecanismos.

Para viabilizar a explicação à luz dessa teoria semiótica, o percurso gerativo consiste em três etapas, as quais partem dos elementos mais simples e abstratos, que podem ser identificados na superfície textual, para chegar àqueles mais complexos e concretos: 1. a do nível fundamental, 2. a do nível narrativo e 3. a do nível discursivo. Conquanto cada um desses níveis possa ser analisado de maneira independente, o sentido do texto dependerá da relação estabelecida entre eles (BARROS, 2005, 2016).

Neste estudo, conforme já antecipado, a análise do texto se debruça sobre o terceiro e último nível – o discursivo –, que é, portanto, o mais complexo e o mais concreto de todos. Nele, encontram-se estes cinco procedimentos por meio dos quais a organização narrativa será transformada em discurso: 1. actornalização, 2. espacialização, 3. temporalização, 4. tematização e 5. figurativização. Tal como também já assinalado neste artigo, a análise dessa terceira etapa se deterá aqui nos três primeiros.

Para que não se perca de vista a necessária relação entre essas etapas, os dois primeiros níveis estão pincelados nessa própria sequência, mediante o que uma investigação anterior realizada por esta pesquisadora já permitiu constatar.¹ Nela, a categoria semântica fundamental consiste na oposição *dominação versus liberdade*, na qual essa relação se manifesta de modos diversos, e a *dominação* corresponde ao valor disfórico, e a *liberdade*, ao valor eufórico na perspectiva do sujeito mulher. Já no que se refere ao nível narrativo, pôde-se observar que, embora o sujeito *mulher* transforme o seu estado de conjunção com o objeto *família* em um estado de disjunção, a principal transformação que ela realiza reside no fato de transformar o seu estado de disjunção com o objeto *liberdade* em estado de conjunção. O objeto-valor *família*, no entanto, merece especial atenção por se tratar daquele que figurava como *contrato* proposto pelos seus destinadores (o destinador social e o destinador marido) e pelo qual, inicialmente, Maria mobilizava os seus valores modais de *querer-fazer* e *dever-fazer* (MOLA, 2021).

A partir desse resultado, portanto, é que o presente artigo avança na explanação teórica articulada com a análise, em busca dos efeitos de sentido

¹ A análise do nível narrativo do mesmo depoimento aqui selecionado foi contemplada em artigo anterior, intitulado “Manipulação, ação e sanção no discurso da violência doméstica: análise do nível narrativo num caso de violência moral e psicológica” (MOLA, 2021).

das pessoas, dos espaços e dos tempos no texto de Maria, a começar pelo fato de que, no que corresponde aos procedimentos de 1. actorialização, de 2. espacialização e de 3. temporalização do nível discursivo (que compõem a chamada “sintaxe discursiva”), o sujeito da enunciação assume o esquema narrativo e o converte em discurso, sendo possível que ele reproduza ou não a enunciação no interior do enunciado.

A esse respeito, é preciso ter sempre em vista que, na construção do enunciado, o *eu* do enunciador leva em consideração o *tu* do enunciatário, realizando um *fazer persuasivo*, ao passo que ao enunciatário cabe realizar um *fazer interpretativo*. Para tanto, nesse exercício de persuasão, é utilizado um conjunto de procedimentos argumentativos, que compreende dois aspectos que se confundem: as projeções da instância da enunciação no enunciado e as relações entre enunciador e enunciatário – a argumentação (FIORIN, 2016).

No que se refere ao texto ora analisado, Maria corresponde ao *eu* pressuposto na enunciação e projetado no enunciado na instância de narradora (primeira e segunda instâncias do enunciado, respectivamente), dirigindo-se a um *tu* que também está pressuposto e que, embora não seja identificado na instância de narratária, corresponde à idealizadora da página do Instagram (SOBREVIVENDO AO ABUSO, 2019) para quem Maria escreve inicialmente. Quanto aos interlocutores aos quais a narradora dá voz em discurso direto (terceiro nível da categoria enunciativa), o texto apresenta somente um: “outras pessoas”, as que lhe “falavam” para não se casar (“[...] outras pessoas falavam [] não casa só porque está grávida [...]”). Esse discurso direto e os demais indiretos serão retomados pouco mais adiante.

Mais especificamente: no que tange à actorialização, conforme postulado por Fiorin (1996, p. 164, grifos do autor) a partir de Benveniste (1966, p. 230-232), são duas as correlações para a categoria de pessoa:

[...] 1) a da *pessoalidade*, em que se opõem *pessoa (eu/tu)* e *não pessoa (ele)*, ou seja, participantes da enunciação e elementos do enunciado; e 2) a da *subjetividade*, em que se contrapõem *eu vs tu*; a primeira é a *pessoa subjetiva* e a segunda é a *pessoa não subjetiva*.

E é a situação de enunciação que determina o que é pessoa e não pessoa, isto é, quem são ou não os participantes da enunciação.

Numa análise orientada por essas distinções, o que se verifica no texto é a correlação da *pessoalidade*, em que o *eu/tu* da enunciadora-enunciatária (que

são também o da narradora-narratária) se opõem ao *ele*, marido. Participantes da enunciação, elas são as *pessoas enunciativas*, ao passo que *ele* corresponde à *não pessoa*, à *pessoa enunciva*, que pertence ao domínio do enunciado – aquele de quem *eu* e *tu* falam.

Em caso como esse, em que o enunciador reproduz a enunciação no interior do enunciado, trata-se de ele incorporar a esse enunciado as chamadas “marcas da enunciação” (ou “elementos da enunciação”): um *eu*, um *aqui* e um *agora*, do que resulta um texto enunciativo, cujos mecanismos se processam por meio da debreagem em primeira pessoa. Para além desta, a debreagem também pode ocorrer em terceira pessoa, de modo que se projetam no enunciado as marcas de pessoa, espaço e tempo do enunciado correspondentes a *ele*, *algures* e *então*, do que resulta um texto enuncivo.

Até aqui, por intermédio da identificação das pessoas da enunciação, já se poderia determinar que o depoimento de Maria se caracteriza como um texto enunciativo; contudo, posto que esse depoimento contempla igualmente o espaço e o tempo enuncivos (*algures-então*), fato é que o texto analisado combina esses dois esquemas básicos.

A começar pelo seu caráter enunciativo, este se revela por meio de uma enunciadora e narradora que reproduz a enunciação no interior do enunciado por meio das marcas mencionadas (*eu-aqui-agora*), como neste excerto: “[...] ele *ta morando aqui* num quatinho sem emprego sem poder ver o *nosso* filho pois *coloquei* medida protetiva pra *nós 2*”. Nele, o *eu* enunciador está instalado no enunciado por meio dos seguintes elementos destacados: 1. o da locução verbal “*ta morando*”, que permite entrever o “*agora*” por meio da tripla coincidência entre o momento do acontecimento narrado, o momento de referência presente e o momento da enunciação; 2. o do advérbio de lugar “*aqui*”, que corresponde ao espaço do “*eu*”; 3. o do pronome possessivo “*nosso*” e o do pronome pessoal do caso reto “*nós*” (ao qual Fiorin (1996) se refere como a junção de um *eu* com um *não eu*, e não como a multiplicação de objetos idênticos); e 4. o da conjugação do verbo “*colocar*” em primeira pessoa (“*coloquei*”).

Quanto ao seu caráter enuncivo, o que se verifica é que, antes da projeção desse *aqui-agora*, que se revela mais ao final do texto (somente na sua quarta parte, conforme se observa no Quadro 1), a primeira parte do depoimento, por exemplo, está toda situada no tempo do *alhures-então*: a casa da qual Maria saiu não é a mesma na qual se encontra desde a segunda parte – era, *então-alhures*, em Santa Catarina, ao passo que, no *aqui-agora*, ela se encontra no Rio Grande do Sul.

Mais especificamente: no que tange à espacialização, o espaço linguístico, alheio ao lugar físico dos objetos no mundo, se situa a partir do espaço do *eu* – *aqui*, “onde se desenrola a cena enunciativa” (FIORIN, 1996, p. 174) –, sendo expresso por meio dos pronomes demonstrativos e de determinados advérbios de lugar. Com base nisso, o que se observa no texto analisado é que, à exceção do “aqui” destacado do excerto do depoimento reproduzido dois parágrafos atrás e do “daqui” que aparece pouco antes dele no enunciado (“[...] Deu 7 dias ele postou que já estava com outra *daqui* da minha cidade [...]”), o espaço enuncivo está constituído no “lá”. Ele retoma os espaços inscritos no enunciado, em função anafórica, e não o espaço da enunciadora, sendo por ela registrado quatro vezes.

Sobre esses quatro registros, o primeiro “lá” se dá em referência a Santa Catarina,² estado para onde Maria não mais voltaria porque “lá era sozinha” (parte 2 do Quadro 1), tal como disse ao marido; o segundo, em retomada à igreja onde o marido estava “porque queria se aparecer” (também na parte 2); o terceiro, recuperando a casa da mãe do marido, para onde ele teria ido porque “lá não precisava pagar aluguel” (parte 4); e o quarto “lá”, ainda em retomada à casa da mãe do marido, em Santa Catarina, onde ele estava com uma mulher do mesmo estado de Maria – Rio Grande do Sul (no quadro, última parte também).

Já no que respeita à temporalização, mais precisamente, sabe-se que os tempos enunciativos da debreagem enunciativa são o presente, o pretérito perfeito e o futuro do presente. O momento da enunciação é o agora, que corresponde à categoria da concomitância; logo, o que acontece anteriormente ao agora (pretérito perfeito 1) e posteriormente a ele (futuro do presente) corresponde à categoria da não concomitância. Com isso, criam-se os três momentos de referência do tempo linguístico (FIORIN, 2016).

No texto analisado, entretanto, o tempo dos acontecimentos narrados é, em sua quase totalidade, anterior ao agora, isto é, trata-se de um tempo situado no momento pretérito – entendendo-se como momento pretérito não as formas

2 Maria relata que morava em Santa Catarina, onde “era sozinha”, e que tinha família no Rio Grande do Sul, seu estado natal. Na narrativa, porém, quando ela acrescenta que “ele vendeu tudo que tinha e veio embora pra RS onde eu morava porque eu disse que *nunca mais voltava pra RS com ele porque lá eu era sozinha não tinha família*”, o trecho suscita confusão. Posto que o marido foi embora para o Rio Grande do Sul, o que parece mais provável é que o “lá”, onde Maria refere que “era sozinha” (justamente porque não tinha família), era Santa Catarina; portanto, o estado para o qual ela não voltaria mais com o marido era Santa Catarina, onde ele permanecera até “vender tudo” e “ir atrás dela”.

utilizadas para indicá-lo, mas a categoria por meio da qual se indica se o acontecimento é anterior ao momento de referência presente ao qual corresponde o momento da enunciação.

Por essa razão é que, na quarta parte do texto, no trecho “[...] Mais 5 dias eles *pega* o carro *volta* pra minha cidade com ela . Uma mulher bem de vida enfermeira tem sua casa seu carro e cargo bom .. eles *volta* pra cá . 1 semana ela *tira* ele de casa e *manda* passear [...]”, os verbos “pegar”, “voltar”, “tirar” e “mandar” (excluindo-se desse conjunto o verbo “ter”, inserido em outro sistema) não podem levar o/a semioticista a supor que, em função da sua conjugação do tempo presente, esse também seria o momento de referência do depoimento tomado no seu conjunto. Antes, trata-se de uma subversão do tempo, isto é, de uma neutralização do tempo no interior do sistema enunciativo nesse momento do texto: Maria toma como concomitante ao momento da sua enunciação aquilo que é anterior a ele, valendo-se do tempo presente no lugar do pretérito perfeito 1.

Mais objetivamente: no lugar de “[...] ele *pegou* o carro *voltou* pra minha cidade com ela . [...] eles *voltaram* pra cá . 1 semana ela *tirou* ele de casa e *mandou* passear [...]”, Maria presentifica esse momento do acontecimento anterior “para mostrar que ele tem uma ressonância no presente, que pesa mais que o passado da ação”, engendrando “[...] uma ampliação do presente em direção ao passado [...]” (FIORIN, 1996, p. 197). Embora essa “transgressão” possa se dar tanto por erro quanto por projeto da parte da enunciadora – haja vista que o tempo linguístico é uma construção dela –, trata-se de um efeito de sentido que chama atenção por permitir depreender não apenas o impacto que a sanção negativa por parte do marido tem sobre essa mulher (MOLA, 2021), mas também o quanto esse impacto ainda a alcança para além do momento em que tudo se deu.

A respeito do verbo “ter” em “[...] Uma mulher bem de vida enfermeira *tem* sua casa seu carro e cargo bom [...]”, ele foi excetuado do conjunto em que se listaram os demais porque, tal como em “[...] ele *ta morando* aqui [...]”, figura o presente durativo, em que o momento de referência é mais longo que aquele da enunciação. Nos dois casos, tem-se um presente de continuidade, dado que o momento de referência é contínuo (FIORIN, 1996). Em sua maior parte, todavia, o texto continua organizado num subsistema de tempo enuncivo. Praticamente, todos os tempos verbais nele utilizados se classificam como pretérito perfeito 2 e pretérito imperfeito, posto que é no passado que, como já se assinalou, se encontra o seu momento de referência.

Ainda acerca da temporalização e, mais precisamente, dos tempos pretérito perfeito 2 e pretérito imperfeito que aparecem na quase totalidade do depoimento de Maria, importa acrescentar os efeitos de sentido que o seu emprego produz, uma vez que o primeiro pretérito está associado ao efeito de sentido de algo acabado/pontual/limitado, e o pretérito imperfeito, ao de algo inacabado/durativo/não limitado (FIORIN, 1996).

De modo geral, a quantidade de verbos conjugados no pretérito perfeito incide, em sua grande maioria, sobre ações pontuais e efetivamente acabadas, tanto por parte de Maria quanto por parte do marido. Alguns exemplos, já na primeira parte do Quadro 1, são “*fiquei casada*”, “*precisei casar*”, “*fiquei grávida*”, “*foi algo meio forçado*”, “*não deu pra detectar no namoro pois não teve*” etc. Já a quantidade de verbos conjugados no pretérito imperfeito, sobretudo a partir da segunda parte do texto, geralmente incide sobre as ações do marido de Maria sobre ela, de modo que, dado o valor aspectual inacabado desse pretérito, o efeito de sentido que ele produz promove o efeito de prolongamento de toda a violência da qual Maria foi vítima. E, nesse viés, esse emprego ainda confere ao texto não apenas um aspecto durativo relativo ao tempo em si, mas também o seu aprofundamento em termos de recorrência e de intensidade dessas ações, redundando numa percepção mais potencializada que pode emergir no fazer interpretativo da enunciatária acerca do nível de gravidade do quadro relatado. Entre os exemplos a partir da segunda parte do Quadro 1, estão “*ele cronometrava meu tempo ele me espiava na rua .. duvidava das minhas palavras possessivo sempre dizia que eu não valia nada e que eu sempre traia ele Monitorava meu celular*” etc.

Sintetizando, são dois, portanto, os espaços e os tempos enunciativos identificados no texto (primeiro, *alhures* e, depois, *aqui*; primeiro, *então* e, depois, *agora*), sendo que, a respeito dos tempos, o momento de referência do relato não é o presente (*agora*), mas o passado (*então*), de modo que o *agora* surge, na verdade, apenas na metade da quarta e última parte do depoimento como um desdobramento desse passado trazido à tona por Maria na condição de desfecho.

Combinadas, essas duas debreagens (enunciativa e enunciva) produzem um efeito de sentido próprio: ao mesmo tempo que imprimem ao discurso o efeito de subjetividade e o de proximidade característicos do “eu” projetado na enunciação, imprimem-lhe também os efeitos de objetividade e de distanciamento associados ao emprego de um *então* e de um *lá*, que seriam característicos da mera reprodução dos acontecimentos. Nesse caso, portanto, o efeito de

subjetividade aparece suplantado pelo efeito de objetividade de um sujeito discursivo que “não reporta pontos de vista” sobre os acontecimentos elencados: “reporta fatos”. Tanto assim que, retomando-se agora a questão do discurso direto, no excerto “[...] outras pessoas falavam [] não casa só porque está grávida [...]”, Maria promove uma debreagem interna (de segundo grau) que produz um efeito de realidade (BARROS, 2016). Além disso, destaque-se que, no decorrer do depoimento, ela vai inserindo referências de tempo que não são imprecisas (como o seriam “um dia”, “certa vez” etc.), mas específicas, o que reitera no texto esse efeito de objetividade e, ainda, de realidade.

Ocorrido “em agosto de 2018”, por exemplo, o casamento “com cerimônia e papel passado” pode ser tomado como marco temporal desse depoimento, dividindo-o em “antes e depois” desse evento. Assim, em “[...] A gente se separou em Janeiro [...]”, em “[...] Em agosto pedi pra ele sair de casa ! [...]”, em “[...] 30/8 eu fui a outra cidade [...]” etc., a destinatária direta de Maria encontra uma série de passagens bem situadas no tempo e distribuídas ao longo de um calendário concreto: o ano de 2019.

Essa precisão das datas, portanto, confere ao depoimento “elementos de realidade”, ratificando o caráter de objetividade que seria pretendido pela enunciativa-narradora do discurso, num “fazer persuasivo” que redundasse num “fazer interpretativo” em que a idealizadora da página “Sobrevivendo ao Abuso” (2019) acreditasse nela. Um “fazer persuasivo”, aliás, que, ao final do depoimento, se identificaria como uma necessidade por parte na narradora: “[...] Sabe que *ninguém acreditava Ninguém* Eu tive que dar meu celular pro nosso pastor ver porque eu contando *ninguém acreditava*”. Logo, o efeito de realidade buscado por meio de datas não apenas se explicaria, mas ainda se justificaria por se tratar de um aspecto comumente enfrentando pelas mulheres que denunciam seus então companheiros por crime de violência doméstica.

Nesse mesmo sentido, ressalte-se também o efeito de realidade potencialmente pretendido por Maria no procedimento de espacialização: referindo-se a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, a enunciativa-narradora ancora o texto num espaço que permite à enunciativa-narratória reconhecer o depoimento como sendo a reprodução do real, posto que a introdução de antropônimos, de topônimos e de cronôminos confere ao texto, segundo se supõe, “o grau desejável de reprodução do real” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 187). Em suma, mais um recurso do qual Maria se apropria para – ao menos agora – fazer-se acreditada.

Na mesma página em que esclarece sobre o ciclo da violência, o Instituto Maria da Penha divulga que “as mulheres que sofrem violência não falam sobre o problema por um misto de sentimentos”, e que “os agressores, por sua vez, não raro, constroem uma autoimagem de parceiros perfeitos e bons pais, dificultando a revelação da violência pela mulher [...]” (CICLO DA VIOLÊNCIA, 2018, grifo nosso). Assim, numa tradução mais popular do que sintetiza o conflito da vítima quanto a expor ou não a violência sofrida, chega-se ao “contando, ninguém acredita”. Em vista disso é que esse efeito de realidade, ao final, corresponderia ao acordo fiduciário entre enunciadora e enunciatária na produção do enunciado, determinando o estatuto veredictório do texto: do ponto de vista da verdade e da realidade, Maria pretendia que esse texto fosse lido como tal pela idealizadora da página e, quanto ao entendimento do texto, que fosse entendido tal como ela o disse, e não o contrário (FIORIN, 1996).

Aqui, oportunamente, cabe ainda retomar a debreagem interna de segundo grau quanto ao seu efeito de sentido como discurso direto – o que, mais uma vez, reitera esse “[...] efeito de sentido de realidade, pois dá a impressão de que o narrador está apenas repetindo o que disse o interlocutor” (FIORIN, 1996, p. 74). Note-se, todavia, que em “[...] outras pessoas falavam [] não casa só porque está grávida [...]” não se encontram as marcas que distinguiriam as duas situações de enunciação – o uso de dois pontos e de travessão para delimitar a instância da narradora e a do seu interlocutor coletivo, marcando aí “a fronteira entre as duas situações de enunciação distintas”. Essa ausência, no entanto, não descaracteriza o discurso direto verificado nesse excerto, no qual se apresentam “duas instâncias enunciativas, dois sistemas enunciativos autônomos”, cada qual conservando seu *eu* e seu *tu* (FIORIN, 1996, p. 73).

Como possível explicação para o não uso dessas marcas próprias da subjetividade da narradora e dos interlocutores (“as pessoas”), pode-se levar em conta não só um possível desconhecimento de Maria no que se refere a esse registro linguístico consoante as recomendações da gramática normativa, como também o seu possível conhecimento (já internalizado pela sua prática linguística como usuária de rede social na internet) segundo o qual, nesse suporte de comunicação, esse tipo de marcação seria desnecessário.

No que se refere às falas do então marido, interessa observar que a enunciadora-narradora se utiliza, o tempo todo, do discurso indireto, tendo em “dizer” o seu *verbum dicendi*, à única exceção de “contar”, que emprega no discurso indireto relativo à vizinha: “sempre *dizia* que eu não valia nada e que eu sempre traía ele” e “ele *dissia* que de mim esperava tudo porque eu não me

dava o valor” na parte 2 do Quadro 1; “*dizia* que eu tinha celular escondido na vagina”, “ele *dizia* que eu me masturbava pensando em outro ..” e “Ele *disse* que ia sair ..” na parte 3; e “[...] vizinha Que me *contou* que ele *disse* que ia embora porque lá não precisava pagar aluguel” na parte 4.

Conforme é possível notar nessas passagens, Maria se vale de um verbo neutro para introduzir o discurso citado: em “dizer”, não se encontram nem um valor descritivo nem uma avaliação por parte dela. Considerado o teor dessas falas reproduzidas, essa é outra particularidade que chama atenção nesse texto. Isso porque Maria poderia, por exemplo, ter declarado: “ele me *acusava* de traí-lo”, a partir do que emergiria a sua avaliação negativa em relação a essa “acusação” e, por extensão, a sua identificação com, no mínimo, um papel de “injustiçada”, de vítima, tal como o era, a ponto de obter medida protetiva. Ela, porém, se abstém de emitir qualquer julgamento – observação a partir da qual advém uma hipótese que reforça o efeito de objetividade provavelmente pretendido.

Ocorre que, em se tratando de discurso indireto, “[...] É o discurso citante que diz qual a modalidade do discurso citado”, posto que, nesse texto, “[...] só existe a subjetividade do narrador” (FIORIN, 1996, p. 75). Ora, ao não dar indícios da sua própria apreciação acerca do discurso do então marido, é como se Maria novamente suplantasse o caráter de subjetividade constitutivo da sua própria enunciação: mais uma vez, ela estaria reportando os acontecimentos tal como eles assim sucederam, e não expondo o seu ponto de vista.

Na esteira desse fazer persuasivo, somada às demais particularidades já mencionadas (texto em sua maior parte enuncivo, discurso direto e datas/locais especificados), a escolha pelo verbo elocutório assinalaria o seu próprio “distanciamento dos fatos”, o que conferiria ao seu enunciado um efeito de objetividade, que culmina com um efeito de verdade. E, tendo em vista que “ela contando, ninguém acreditava”, tem-se não apenas subentendida mais uma vez a necessidade de se fazer acreditada, mas, talvez, a própria possibilidade de que a construção desse enunciado tal como ele se dá seja uma astúcia enunciativa para, mais uma vez, se fazer acreditada dessa maneira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserido num projeto de pesquisa mais abrangente, este trabalho pretendeu compreender, à luz da Semiótica Discursiva e mediante três dos procedi-

mentos encontrados no nível discursivo do percurso gerativo de sentido, como se configura o discurso de uma mulher vítima de violência doméstica moral e psicológica – “Maria”.

Por meio da análise da terceira e última etapa desse percurso, constatou-se que o texto tomado como objeto de estudo tem caráter tanto enunciativo quanto enuncivo, sendo que, por meio da análise dessa combinação entre debreagem enunciativa e enunciva de actantes, espaço e tempo, logrou-se a resposta à primeira pergunta desta pesquisa, relativa aos efeitos de sentido que poderiam ser depreendidos a partir dos usos que a enunciadora faz destes três procedimentos de discursivização tomados conjuntamente – actorialização, espacialização e temporalização.

Conforme se verificou, o discurso de Maria produziu um efeito de sentido próprio: ao mesmo tempo que permitiu depreender o efeito de subjetividade e o de proximidade característicos do seu “eu” projetado na enunciação, também permitiu depreender os efeitos de objetividade, de distanciamento e – ainda mais acentuadamente – de realidade associados ao emprego de um *então* e de um *algures*, que, no texto analisado, correspondem à “mera reprodução dos acontecimentos”.

As estratégias enunciativas para a obtenção desse efeito, a propósito, devem ser evidenciadas pela quantidade de vezes com que foram reiteradas, como no caso da debreagem interna (que, por si só, produz um efeito de realidade) e do número de vezes em que locais e datas específicas foram sendo referenciados no decorrer do texto, consoante já mencionado e apenas para citar dois exemplos.

Fato é que, por meio delas, Maria foi determinando o estatuto veredictório do seu próprio texto, respondendo, dessa maneira, à segunda pergunta desta pesquisa, relativa ao que esses efeitos de sentido revelam acerca da enunciadora na sua constituição como sujeito e, sobretudo, como ator discursivo atravessado pelo contexto da violência doméstica.

Do ponto de vista da verdade e da realidade, a enunciadora parece ter pretendido que esse texto fosse lido como tal pela sua enunciatária inicial, sendo que toda a análise leva a crer que a sua necessidade de que fosse lido dessa maneira – como manifestação da verdade – teve como motivação o problema de que, contando aos outros sobre a condição de violência doméstica a que esteve submetida com o então marido, ninguém acreditava nela, sobresaindo-se a questão do descrédito dado à palavra da vítima.

Para a continuidade do projeto no qual este estudo se insere, mediante uma quantidade maior de textos, interessa o aprofundamento de pontos diversos. Entre eles, estão os cinco seguintes: 1. se as debruagens enunciativa e enunciva dos sujeitos discursivos revelam-se como uma regularidade ou se, ao contrário, esse seria um caso isolado ou com poucas ocorrências; 2. se o espaço das suas enunciativas-narradoras também se encontra predominantemente circunscrito num “lá” e, em caso afirmativo, se esse “lá” está situado de maneira que se possa precisar a sua correspondência no mundo real, bem como o “aqui” de onde estavam redigindo no momento da sua enunciação; 3. se o tempo no qual o texto se desenvolve em sua maior parte se classifica num sistema enunciativo que tem ou não no pretérito o seu tempo de referência; 4. se podem ser identificadas novas subversões do tempo e o que elas permitem entrever; e 5. se a necessidade de fazer-se acreditada é ou não comum a um grupo maior de mulheres, dado que, como já se sabe, os seus agressores muitas vezes constroem uma imagem de excelentes parceiros e pais.

Sendo parte de um estudo ainda inicial, este trabalho se encerra, portanto, com uma série de encaminhamentos, acerca dos quais a pesquisa se deterá. Espera-se, contudo, que, já por meio dos aspectos evidenciados a partir da configuração discursiva no texto de Maria, os resultados alcançados possam contribuir para conferir cada vez mais visibilidade aos dois tipos de violência doméstica em questão e, quiçá, que possam ainda cooperar não apenas no sentido de fomentar mais estudos que se debruçam sobre esse tema na grande área da Linguística e das Letras, mas também no de que medidas de políticas públicas de combate à violência doméstica possam vir a ser pensadas a partir da ampliação das competências linguístico-discursivas entre as próprias mulheres.

The meaning effects of the *self-here-now* in the discourse of domestic violence: analysis of a case of moral and psychological violence in the light of Discursive Semiotics

Abstract

In a context in which, year after year, research shows an alarming growth in cases of domestic violence in Brazil, this article aims to understand how the discourse of a woman who is a victim of domestic violence is formed from the perspective of studies in the field of Discursive Semiotics. More specifically, as the follow up to a broader research project, the analysis focuses on three of

the procedures found at the discursive level of the meaning generative process, applied to a text in which the meaning effects of the *self-here-now* of those who suffered domestic violence of the moral and psychological types are apprehended.

Keywords

Domestic violence. Meaning generative process. Discursive level.

REFERÊNCIAS

- BARROS, D. L. P. de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- BARROS, D. L. P. de. Estudos do discurso. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à linguística II*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 187-219.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal [...]; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 30 out. 2020.
- CICLO DA VIOLÊNCIA. *Instituto Maria da Penha*. 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.
- FIORIN, J. L. Pragmática. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à linguística II*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 161-185.
- FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. Ano 14. FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MOLA, I. Manipulação, ação e sanção no discurso da violência doméstica: análise do nível narrativo num caso de violência moral e psicológica. In: MOSTRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, 24., 2020, [on-line]. *Anais* [...]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2021.
- SOBREVIVENDO AO ABUSO. *Alerta de gatilho* [...]. 4 out. 2019. Instagram: @sobrevivendoaoabuso. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B3N3xLwIFJv/>. Acesso em: 14 out. 2020.